



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000903-47.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **RAMIRO RODRIGUES DE MORAES**
 Requerido: **EMBRATEL TVSAT Telecomunicações S.A. e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que em 2011 celebrou contrato de prestação de serviços com a primeira ré, transferido posteriormente à segunda.

Alegou ainda que tentou de várias maneiras cancelar esse contrato, sem sucesso, de sorte que busca a declaração nesse sentido, além de receber indenização para ressarcimento de danos morais que teria suportado.

A pretensão deduzida como se vê abarca dois aspectos, ou seja, a rescisão do contrato firmado entre as partes e a reparação de danos morais.

Quanto ao primeiro, não foi aventado em momento algum dado concreto que atuasse como obstáculo ao pleito.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por outras palavras, não se mencionou elemento específico que inviabilizasse a rescisão desejada, de sorte que a declaração judicial nessa direção transparece possível.

Solução diversa aplica-se ao pedido de ressarcimento de danos morais.

Isso porque de início o autor não amealhou sequer indícios que demonstrassem uma única tentativa frustrada para a rescisão do contrato, além de ficar silente quando a ré ofereceu esse argumento na peça de resistência.

Como se não bastasse, mesmo que se tivesse por verdadeiro quanto ao tema o relato exordial entendo que o autor não faria jus à indenização em apreço.

Na verdade, a incúria das rés não teria o condão de provocar abalo de vulto ao autor, até porque não se detalhou com a necessária precisão qualquer consequência tão relevante a ele que rendesse ensejo a dano de tal natureza.

A postulação por isso não vinga.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão do contrato tratado nos autos, tornando definitiva a decisão de fls. 20/21, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**